

Nota: Lançamento do livro “Agrotóxicos e Colonialismo Químico” em Campinas

DOI: 10.54446/bcg.v14i2.3728

Gustavo Teramatsu¹



Mandato da deputada Ana Perugini / Divulgação.

A nota registra a sessão de lançamento do livro *Agrotóxicos e Colonialismo Químico* (Elefante, 2023), da geógrafa Larissa Mies Bombardi, em Campinas, no dia 2 de agosto de 2024, com comentários sobre o contexto de sua publicação e sua repercussão.

★ ★ ★

1 Geógrafo pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e profissional de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão na mesma instituição. E-mail: teramatsu@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7716-0243>.

A geógrafa Larissa Mies Bombardi foi recebida na sede da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas (ADunicamp), no campus da Unicamp de Barão Geraldo, no dia 2 de agosto de 2024, para o lançamento de seu livro *Agrotóxicos e Colonialismo Químico* (Elefante, 2023), também publicado na França sob o título *Pesticides – Un colonialisme chimique* (Anacaona, 2024). A sessão em Campinas foi a última de uma série de eventos de lançamento realizados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília na segunda quinzena de julho de 2024. Na ocasião, esgotou-se o pequeno lote de exemplares do pequeno volume produzido e publicado com o apoio da Fundação Heinrich Böll e da WWF que estavam à venda pelo livreiro Silvio Rogério dos Santos, do *Palavras são Navalhas*. O registro em vídeo está disponível na íntegra no canal do YouTube da ADunicamp e a TV Unicamp divulgou o vídeo *A história da cientista que denunciou os agrotóxicos e teve que sair do Brasil*.

A expressão *colonialismo químico*², que está no título do livro de Bombardi, ressoa a expressão *colonialismo molecular*, da portuguesa Margarida Mendes, que surgiu num ensaio publicado em 2017³. Ao falar em *colonialismo molecular*, Mendes (2017, p. 135), em tradução livre, sugere que “atualmente, as estruturas de poder emergentes que tomam forma ultrapassam o horizonte do indivíduo e do geográfico para o domínio infinitesimal do gene e da molécula”. Para a geógrafa, em trecho que resume a problemática colocada: “*Colonialismo químico e colonialismo molecular são (...) expressões-irmãs que descrevem de forma cabal o abismo que separa o Norte e o Sul globais. Esse abismo se revela nas assimetrias relacionadas às substâncias autorizadas, às diferenças de limites máximos de resíduos de agrotóxicos, às formas de aplicação dessas substâncias (pulverização aérea no Brasil e sua proibição na União Europeia) ou, ainda, às formas de violência química presentes nos conflitos fundiários em que agrotóxicos são usados como armas*” (Bombardi, 2023, p. 78).

Agrotóxicos e Colonialismo Químico recebeu uma resenha assinada por Johnny Daniel Matias Nogueira e Sabrina Sales Araújo, publicada nesta edição do Boletim Campineiro de Geografia. Entendo que esta leitura foi de tal modo significativa para Johnny e Sabrina, que se sentiram impelidos a escrever a respeito e compartilhar nesta publicação. O fato de que estes autores não são formados em Geografia expressa também o que conversei muito brevemente com Larissa no final de sua apresentação, naquela noite: ela é uma das poucas geógrafas que *furou a bolha* — empregando uma expressão da atualidade —, uma vez que conseguiu levar os resultados de suas pesquisas para o debate público, que é muito mais amplo (e tem

2 A expressão *colonialismo químico* parece ter sido usada pela primeira vez entre 2021 e 2022 por Yogi Hale Hendlin, da Erasmus University Rotterdam, nos textos *The Chemical Anthropocene as Devolution* e *Chemical colonialism: environmental justice and industrial epidemics*, após a publicação do artigo *Surveying the Chemical Anthropocene: Chemical Imaginaries and the Politics of Defining Toxicity*.

3 MENDES, Margarida. *Molecular Colonialism*. In: MENDES, Margarida (ed.), *Matter Fictions*, Berlin: Sternberg Press, 2017. Disponível em: www.anthropocene-curriculum.org/contribution/molecular-colonialism. Original: “Nowadays, the emerging power structures that take shape move beyond the horizon of the individual and the geographic into the infinitesimal domain of the gene and the molecule”.

sido também cada vez mais hostil) do que o meio acadêmico, onde geralmente o debate geográfico está confinado.

Rita von Hunty (Guilherme Terreri), em vídeo sobre o livro publicado no dia 8 de agosto no canal *Tempero Drag*, chamou Larissa de “nossa grande lutadora pela agroecologia no Brasil”, e disse mais: “uma leitura que deve se tornar obrigatória em qualquer curso de Geografia e em todas as escolas ao redor do país, porque a didática desse livro é absurda, mas como ele consegue ser explícito sobre aquilo que ela fala, é ainda mais”. A apresentadora Bela Gil, autora de *Quem vai fazer essa comida?*, comentou: “Livro necessário que deveria estar nas escolas e universidades do Brasil inteiro”.

Outro aspecto que comprova esta observação foi a própria composição da audiência do debate daquela sexta à noite, conduzido pela professora Josely Rimoli, enfermeira com formação em Saúde Coletiva, do curso de Nutrição da Faculdade de Ciências Aplicadas de Limeira. Por ser a primeira semana do semestre letivo, que por hábito não tem aulas, havia apenas uma estudante da graduação em Geografia na plateia, composta por participantes com diversas formações acadêmicas e militantes de vários sindicatos e movimentos sociais. Estiveram presentes também candidatos às eleições municipais de Campinas — o ex-vereador e deputado federal Pedro Tourinho, então candidato a prefeito de Campinas pelo Partido dos Trabalhadores; o professor da Unicamp Wagner Romão, que seria eleito vereador pelo PT; a professora e ex-vereadora Marcela Moreira, então candidata a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade, e Arlei Medeiros, do Sindicato Químicos Unificados, que foi candidato a prefeito de Campinas em 2012 pelo mesmo partido.

Arlei aproveitou para lembrar do caso Shell/Basf. Uma fábrica de agrotóxicos causou a contaminação por compostos organoclorados aldrin, endrin e dieldrin no bairro Recanto dos Pássaros (antigo Poço Fundo), na bacia do Rio Atibaia, em Paulínia, cidade limítrofe com Campinas, e o adoecimento e morte de ex-trabalhadores, culminando com o pagamento de multas, indenizações e atendimento médico vitalício para a população afetada. Esta história foi contada no longa-metragem *O Lucro Acima da Vida*, de 2014 — o Sindicato distribuiu algumas cópias em DVD do filme para os participantes naquela noite.

Ao adentrar o auditório, Larissa foi recepcionada com aplausos e, num ato simbólico, conduzida à mesa, que estava decorada com a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e colorida com alimentos orgânicos — alfaces, bananas, beterrabas —, de mãos dadas com a deputada estadual Ana Perugini, do Partido dos Trabalhadores, e com Eunice Pimenta, liderança do MST, que saudaram a convidada. A atuação parlamentar de Perugini, vale mencionar, tem proposto na Assembleia Legislativa de São Paulo a restrição ao uso de agrotóxicos nesta unidade da federação (como PL 673/2024 e o PL 676/2024). Pimenta, por sua vez, participou da assinatura de um memorando de entendimento com a Unicamp, em 2023, para viabilizar ações de extensão no Assentamento Milton Santos, em Americana, na Região Metropolitana de Campinas, que leva o nome do grande geógrafo baiano, e onde a própria Larissa fez diversos trabalhos de campo com estudantes, em parceria com a

professora Sidneide Manfredini⁴, um deles durante o XII Encontro Regional dos Estudantes de Geografia do Sudeste — Eregeio-SE —, realizado na Unicamp em outubro de 2009.

Foi a partir da experiência no Milton Santos, inclusive, que Larissa se voltou à questão dos agrotóxicos. Conforme reportagem d'*O Joio e o Trigo* de 2022, “quem despertou a sua curiosidade para os agrotóxicos foram os próprios alunos. Eles observaram que o assentamento, que se propunha a fazer uma produção agroecológica, era contíguo a uma área de produção intensiva de cana-de-açúcar, na qual havia pulverização aérea de agrotóxicos”. Naquela noite, introduzindo a fala de Larissa, Eunice Pimenta lembrou: “O enfrentamento nosso com o agrotóxico é muito grande. É um desrespeito conosco. É gritante. Não se cumpre a lei minimamente. Eles plantam cana na barranca do rio, eles pulverizam nas nossas cabeças, nas nossas roças. Nós demoramos mais de dez anos para conseguir o selo orgânico, que saiu agora. Nós tínhamos a certificação, e agora que conseguimos o nosso selo orgânico”. O assentamento Milton Santos é rodeado pelas lavouras de cana-de-açúcar da Usina Ester, dos mesmos proprietários da EPTV, afiliada da Rede Globo em Campinas⁵.



Figura 1: Uma jaqueira grávida, pela artista plástica Livia Serri Francoio — a ilustração é do antigo blog de Larissa, onde escrevia sobre seus temas de interesse: maternidade, infância e feminino, e geografia

Bombardi sublinhou que o apoio oferecido pelo MST foi fundamental para que se sentisse segura para retornar ao Brasil depois de três anos. Desde março de 2021, temendo por sua segurança, Larissa está em autoexílio na Europa com seus filhos Allan e Yanni, que também participaram do lançamento. Foi, também, um retorno de Larissa a Campinas: no início de sua carreira, Larissa estudou o bairro Reforma Agrária⁶, e foi professora do curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas entre 2004 e 2007 — alguns de seus ex-alunos estavam presentes —,

4 BOMBARDI, Larissa Mies; MANFREDINI, Sidneide; Fernandez, Gabriel de Andrade. Desafios da produção agrícola camponesa nos assentamentos de reforma agrária: Assentamento Milton Santos – Americana/SP. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, 26. 2009.

5 Os herdeiros de José Bonifácio Coutinho Nogueira (1923-2002), neto de Esther Nogueira (1877-1941) e bisneto de José Paulino Nogueira (1853-1915), que foi secretário de agricultura do Estado de São Paulo no governo Carvalho Pinto, quando teve como assessor de gabinete o professor Paulo Vanzolini (1924-2013). Nogueira foi um dos responsáveis pela Lei de Revisão Agrária em São Paulo, tema da tese de doutorado de Bombardi intitulada *Campesinato, luta de classe e reforma agrária: a Lei de revisão agrária em São Paulo*.

período em que defendeu o Doutorado em Geografia Humana na USP, orientado pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Na época, o geógrafo Lucas de Melo Melgaço, que foi diretor da AGB-Campinas, foi seu colega de trabalho. O destino de Larissa após seria a Vrije Universiteit Brussel (VUB), na Bélgica, onde Melgaço trabalha desde 2011. Lá, realizaria um estágio pós-doutorado com financiamento do programa Global-MINDS.

O movimento de saída do Brasil não foi fácil, em parte pelos trâmites exigidos pela própria Universidade de São Paulo. Naquele mês de março de 2021, houve o vazamento de um documento assinado por Larissa intitulado “Carta aberta aos colegas do DG [Departamento de Geografia da USP]”, em que ela expunha a seus pares a ocorrência de intimidações em razão de suas pesquisas desde pelo menos julho de 2019, culminando com a violação de sua residência e o roubo de um computador onde tinha os dados de suas pesquisas em agosto de 2020. Ainda que não tenha sido possível relacionar o assalto com uma tentativa de perseguição, esta situação-limite levou à decisão de deixar o país.

Nas palavras da própria Bombardi, ela passou a ser exposta depois do lançamento da versão em inglês do Atlas *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia (A Geography of Agrotoxins use in Brazil and its Relations to the European Union)*, resultado de um estágio de pós-doutorado com o geógrafo Brian Garvey, na Universidade de Strathclyde, em Glasgow, com financiamento da Fapesp.

Naquele mês, o site AgroSaber, cujo *slogan* era “A pior praga é a desinformação”, publicou um texto sem autoria afirmando que os dados do Atlas eram incorretos. Este portal, que não é atualizado desde dezembro de 2021, foi criado por iniciativa de uma coalizão que incluía a Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (ABRASS), a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), a Companhia das Cooperativas Agrícolas do Brasil (CCAB Agro) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

Os ataques partiram também de pessoas físicas. Dois dias depois, Xico Graziano afirmou em sua coluna semanal no Poder360 que o Atlas promovia uma “falsificação da história”. “A professora Larissa deforma a realidade do agro, para assim endossar sua fantasia retrógrada”, escreveu. Larissa pôde publicar uma resposta no mesmo veículo na semana seguinte, mas os ataques perduraram. De alguma forma, problematizar o uso intensivo dos agrotóxicos se vinculou a outras pautas históricas da esquerda (alguns, mais exaltados, diriam comunistas), como a agenda ambiental, a agroecologia, a agricultura familiar e a reforma agrária e, portanto, passou a ser algo combatido pelo campo ideológico da direita, naqueles anos de ultrapolarização política incentivada pelo Governo Federal. Em março de 2021, [Graziano veio a público](#) sobre a carta aberta de Larissa: “Uma prof. da Geografia da USP foi reprimida por não

6 A dissertação de mestrado de Larissa foi publicada como livro — *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa* — pela Editora Hucitec em 2004, que foi prefaciado por Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014), outro artífice da Lei de Revisão Agrária.

cumprir suas obrigações pedagógicas e científicas. Vagabundagem. Militante do PSOL, só fazia política. Negacionista, atacava a moderna agricultura. Agora escreveu uma carta dizendo ser perseguida. Por mim, inclusive. Af...”.

“Xico Graziano também me desqualificou como mulher. Ele escreveu no Twitter que eu estava indo vagabundear na Europa, expressão que para mulher tem outra conotação. Somos ofendidas duplamente de uma forma que homem nunca será. Mesmo no ambiente acadêmico não está sendo fácil conseguir autorização para sair do país e fazer o pós-doutorado. Na condição de mulher, sempre temos que fazer o dobro do esforço”, disse Larissa à revista Marie Claire, em entrevista publicada em maio de 2021.

Por outro lado, ela recebeu um apoio expressivo da comunidade acadêmica e também dos movimentos sociais, conforme nota publicada em 22 de março de 2021, assinada pela AGB e pela ANPEGE, entre outras associações e organizações. Além disso, a história de Larissa ganhou repercussão internacional.

Estranhas coincidências ainda aconteceriam. Bombardi relatou um ataque cibernético à página da revista *Criminological Encounters*, em que ela organizou um número especial quando estava na VUB (*Critical green criminology goes rural*, v. 5, n. 1. 2022). “A revista sofreu um baita ataque de *hacker*, que nunca tinha acontecido, ficou um mês fora do ar. Gastaram muito dinheiro e tempo para colocar a revista no ar de novo. A equipe de TI descobriu que os ataques vieram do Brasil, de Campinas e do Goiás. Claramente foi uma tentativa de silenciamento”, disse em nova entrevista à revista Marie Claire, em novembro de 2023.

No ano de 2023, Larissa passou ao Centre d'études en sciences sociales sur les mondes africains, américains et asiatiques – CESSMA, no Institut de Recherche pour le Développement da Université Paris Cité, vinculada ao Programme d'aide à l'Accueil en Urgence des Scientifiques en Exil – PAUSE, que apoia pesquisadores e artistas que não podem exercer livremente sua profissão em seu país de origem. Atualmente, está associada ao Laboratório de Agroecologia da École de Bioingénierie de Bruxelles, da Université Libre de Bruxelles, com financiamento do Fonds de la Recherche Scientifique.

Desde que deixou o Brasil, Larissa apresentou no Parlamento Europeu, em Bruxelas, o trabalho *Geography of Asymmetry: the vicious cycle of pesticides and colonialism in the commercial relationship between Mercosur and the European Union*; contribuiu para a edição brasileira do *Atlas dos Agrotóxicos* publicado pela Fundação Heinrich Böll e organizou o livro bilíngue *Impacts of pesticides use and international regulation / Impactos do uso de agrotóxicos e a regulação internacional*, com apoio da International Pesticide Standard Alliance (Aliança Internacional para a Padronização de Agrotóxicos), do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade e da Escola Superior do Ministério Público da União, que expressa sua atuação numa articulação que tem o objetivo de elaborar um marco regulatório internacional sobre o uso dos agrotóxicos. Em 12 e 13 de dezembro de 2024, participou, também no Parlamento Europeu, da II Conferência Internacional: Rumo a um Marco Regulatório Internacional sobre

Agrotóxicos, que sucedeu uma conferência realizada em Brasília em 27 de junho. Desta última reunião, resultou o documento *Brussels Statement – Towards a Global Pesticides Framework to Eliminate Highly Hazardous Pesticides (HHPs)*. A “Declaração de Bruxelas”, que emprega o conceito de colonialismo químico (*chemical colonialism*), ressalta a necessidade de uma regulação internacional que não permita que haja assimetrias entre os países do Norte Global e do Sul Global no que se refere à exposição aos agrotóxicos, propondo a erradicação do uso dos pesticidas altamente perigosos (HHPs) e da prática da pulverização aérea.

Do lado de cá do Equador, em dezembro de 2023 foi aprovado pelo Congresso Nacional o novo marco legal para uso dos agrotóxicos (Lei 14.785/2023), o “pacote do veneno”, em substituição à legislação de 1989. A plataforma AgroSaber, inclusive, foi criada em defesa do Projeto de Lei 6299/02, de autoria do ex-senador Blairo Maggi (*rei da soja* e Ministro da Agricultura do golpe de 2016), que deu origem à lei aprovada no fim de 2023. Além disso, a implantação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) tem sido adiada há mais uma década. “Eu vejo esse retrocesso, tanto em relação à alteração da Lei de Agrotóxicos quanto a esse impedimento do Pronara, como trágico, vejo como uma fotografia da colonialidade”, disse Larissa à Mídia Ninja, em entrevista publicada em agosto de 2024.

É neste contexto que veio à luz *Agrotóxicos e Colonialismo Químico*. Sem demonstrar algum desejo de retornar em definitivo para seu país natal, sua autora expressou, em Campinas, sua vontade de que o livro esteja presente nas escolas brasileiras. Com efeito, debater em sala de aula os problemas decorrentes uso dos agrotóxicos é também uma tarefa para os professores de Geografia, que, para isso, podem consultar gratuitamente o excelente conjunto cartográfico de autoria dos geógrafos Pablo Luíz Maia Nepomuceno e Valdeir Soares Cavalcante Gonçalves, e adquirir o livro na Editora Elefante, entre outras publicações de Larissa Bombardi.